

‘Lembrar, para não esquecer’

O impacto dos 20 anos de ditadura na UFRJ e o inventário de vítimas na universidade serão lembrados em sessão solene na Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

No dia 16 de agosto, às 18h, a UFRJ realizará uma cerimônia emblemática na Associação Brasileira de Imprensa: a instituição lembrará os integrantes de sua comunidade assassinados, desaparecidos e perseguidos pela ditadura civil-militar. Em 2024, são 60 anos do início do período de exceção, uma noite sombria que durou 21 anos. São episódios marcantes que ficaram para a história e para a vida de todos que enfrentaram, viveram e resistiram aos anos de arbítrio. É lembrar para não esquecer.

Em 2013, foi criada a Comissão de Memória e Verdade da UFRJ (CMV-UFRJ), e nesse momento já havia diversos levantamentos realizados pelos familiares de mortos e desaparecidos que reuniam dados desde os anos 1970 sobre seus entes queridos.

Nos anos 1990, foram abertos arquivos e valas clandestinas e publicados dados sobre as vítimas. Esses dados foram sintetizados em 2009, e é com esse número de mortos e desaparecidos reconhecidos que a CMV trabalha hoje: 23 estudantes e dois jovens professores assassinados pela repressão.



JUNHO DE 1968. Estudantes da UFRJ presos pela repressão são levados para a sede do DOPS

“Isso não significa dizer que não houve outros membros da universidade anônimos, alunos e ex-alunos não identificados ou funcionários, e servidores, de difícil registro como membros efetivos da comunidade UFRJ em uma época em que não havia concurso para técnicos. As vítimas da ditadura na universidade tampouco se reduzem

aos mortos e desaparecidos: pesquisas apontam para outras vítimas que sobreviveram apesar das prisões, cassações, perseguições, aposentadorias compulsórias, exílios etc.”, explica a historiadora e integrante da CMV-UFRJ, Luciana Lombardo.

REPRESSÃO

A historiadora lembra o que, na sua opinião, foi o

episódio mais dramático na universidade. “O momento mais lembrado é o Massacre da Praia Vermelha em setembro de 1966, mas, pelo grau de escalada da violência, acho que o episódio da prisão coletiva em junho de 1968, na véspera da Sexta-Feira Sangrenta, quando os estudantes foram levados para o campo do Botafogo em frente à PV, foi ainda

mais dramático. É o que mais me causa impacto”, diz Luciana.

O DCE Mário Prata leva o nome de um de seus dirigentes e militante socialista que foi assassinado pela ditadura.

“O tema da verdade, memória e justiça nunca saiu da ordem do dia do movimento estudantil e deve estar presente sempre no debate da sociedade. Aqui na UFRJ, nosso DCE carrega a história de Mário Prata”, afirma a estudante de direito e diretora do DCE, Giovanna Almeida.

Além das torturas e mortes, Luciana destaca como “outra consequência imediata de uma ditadura voltada para a repressão de opositores políticos e que enxergava seus críticos como inimigos de Estado o terror imposto pelas prisões pelo cerceamento das liberdades de pensamento e expressão, com muitos cientistas e pesquisadores se autocensurando ou impedidos de lecionar”, completa. Outra consequência foi uma universidade com concepção elitista.

***Esta é a primeira de uma série sobre o golpe de 1964.**

Foto: Memórias Reveladas / Arquivo Nacional